

RECURSO ESPECIAL Nº 1.799.165 - SP (2018/0217172-0)

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA
RECORRENTE : FABIANO SABINO ALVES
ADVOGADO : FELIPE DUDIENAS DOMINGUES PEREIRA E OUTRO(S)
- SP280438
RECORRIDO : UNIÃO
INTERES. : GERALDO PEREIRA DOS SANTOS
ADVOGADO : CARLOS EDUARDO DE MENESES E OUTRO(S) -
SP172699

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de Recurso Especial interposto por **FABIANO SABINO ALVES**, contra acórdão prolatado, por unanimidade, pela 11ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª região no julgamento de Apelação, assim ementado (fls. 639/643e):

ADMINISTRATIVO. MILITAR TEMPORÁRIO. ACIDENTE EM SERVIÇO. REFORMA NO MESMO GRAU EM QUE SE ENCONTRAVA NA ATIVA. CUSTEIO DO TRATAMENTO MÉDICO-HOSPITALAR. VERBÁ DE TRANSFERÊNCIA À RESERVA (ARTIGO 56 DA MESMA LEI). REMESSA OFICIAL E APELAÇÃO DA UNIÃO NÃO PROVIDAS. APELAÇÃO DO AUTOR PROVIDA, NA PARTE CONHECIDA.

1. Em face do disposto no artigo 14 da Lei n. 13.105/2015, aplica-se a esse processo o CPC/73.

II. Cinge-se a controvérsia à possibilidade de reforma de militar temporário vítima de acidente em serviço.

III. Frise-se que o Estatuto dos Militares - Lei n. 6.880/80 não fez distinção entre o militar temporário e o de carreira no que tange aos direitos de reintegração e de reforma.

IV. Extrai-se que somente é possível exigir-se invalidez total para a concessão da reforma ao militar temporário, se a lesão por ele sofrida não for decorrente de acidente em serviço ou não tiver relação de causa e efeito a condições inerentes ao serviço.

V. Consta dos registros do autor no Ministério do Exército que, em 01/02/2007, durante seu deslocamento até o Batalhão, ele sofreu acidente de trânsito que lhe ocasionou fratura exposta no membro inferior esquerdo, tendo resultado em sequelas caracterizadas como lesões ortopédicas incapacitantes.

VI. Consta, também, dos mesmos assentamentos que foi considerado "Incapaz definitivamente para o serviço do Exército" em 21/10/2009 e que a sindicância concluiu que o" acidente por ele sofrido não se deu

"em serviço". Desse modo, conclui-se que o seu licenciamento era iminente.

VII. O autor foi incorporado nas fileiras do Exército em 01/03/2003, como Soldado do 2º Batalhão Logístico Leve de Campinas/SP. Após seu ingresso, foi sucessivamente reengajado e promovido a Cabo.

VIII. No dia 01/02/2007, quando se deslocava de sua residência para o Quartel para pernoitar e cumprir escala de serviço na manhã do dia seguinte, foi vítima de um acidente de trânsito, tendo sua motocicleta sido abalroada por automóvel que, conduzido por motorista embriagado, ultrapassou o sinal vermelho.

IX. Consta do Boletim de Ocorrência que o autor sofreu fratura exposta no membro inferior esquerdo e foi levado para o hospital em estado grave.

X. Em 27/02/2007, foi instaurada sindicância para apurar o acidente de trânsito do qual foi vítima, resultando como conclusão não ter o acidente ocorrido "em serviço". Em que pese a conclusão da sindicância, foi elaborado parecer pelo Comandante da Companhia de Logística de Suprimento, em 13/02/2007, no sentido de que o acidente deveria ser caracterizado como "em serviço", uma vez que o autor estava se deslocando para o Quartel.

XI. Apesar da conclusão da sindicância e das alegações da União, há testemunhos nos autos, colhidos sob o crivo do contraditório, no sentido de que "o autor estava convocado para uma missão na manhã do dia seguinte ao do acidente" e que "desde antes do acidente, até hoje, há uma prática generalizada entre os militares convocados a uma missão de pernoitar nas instalações do Exército na véspera da missão, a fim de evitar atraso na execução do serviço da manhã seguinte. Tal prática é incentivada pela Instituição, com o mesmo fim".

XII. Da análise dos referidos testemunhos e do local e horário em que se deu o acidente, resulta claro que o autor encontrava-se no caminho entre sua residência e o Quartel, restando caracterizado o acidente em serviço, no presente caso.

XIII. Como prova das graves lesões sofridas pelo autor e das sequelas resultantes, há nos autos fotografias, bem como documentos médicos particulares, com datas de emissão entre os anos de 2008 e 2009, indicando grave comprometimento neurológico do membro afetado.

XIV. Os documentos médicos militares indicam igualmente a gravidade das sequelas neurológicas do autor, consistentes em uma paralisia incapacitante do membro inferior esquerdo, sem possibilidade de cura.

XV. Em que pese a conclusão da perícia médica judicial, contrária à pretensão do autor, é sabido que o Magistrado não está adstrito ao laudo, podendo formar sua convicção por outros elementos existentes nos autos, nos moldes do art. 436 do Código de Processo Civil de 1973.

XVI. Verifica-se que o expert fixou-se na questão da incapacidade para todo e qualquer trabalho ao concluir que o autor não está incapacitado,

omitindo-se em relação à incapacidade para as atividades tipicamente militares, que ficou claramente demonstrada pelos demais elementos probatórios existentes nos autos.

XVII. Assim, em que pese o autor ter sofrido o acidente em serviço, e não estar recuperado, o seu licenciamento era iminente, pois foi considerado "Incapaz definitivamente para o serviço do Exército" em 21/10/2009 e a sindicância concluiu que o acidente por ele sofrido não se deu "em serviço".

XVIII. Sendo assim, o conjunto probatório constante destes autos demonstra que, ao ingressar nas fileiras do Exército, o autor não apresentava a patologia que ocasionou a sua incapacidade para atividade no serviço militar ativo, o que adveio em decorrência de acidente ocorrido em serviço, incapacitando-o para a prática de atividades relacionadas ao serviço militar, que exigem perfeitas condições de saúde e considerável vigor físico.

XIX. Tratando-se, portanto, de militar acidentado em serviço, incide na hipótese o artigo 108, § 1º, combinado com o artigo :109 do Estatuto dos militares, fazendo jus o autor à reforma no mesmo grau em que se encontrava na ativa, independente do tempo de serviço, a contar de 20/10/2009.

XX. O pedido do autor de concessão de reforma no grau hierárquico imediatamente superior ao que se encontrava na ativa, com a isenção do imposto de renda, configura inovação em sede recursal e não pode ser conhecido, sob pena de violação ao devido processo legal e corolários.

XXI. Deixo de conhecer da apelação do autor, no tocante ao pedido de pagamento da verba de transferência para a reserva (artigo 56 da Lei n. 6.880/80), por ausência de interesse recursal, uma vez que a sentença decidiu nos exatos termos do inconformismo.

XXII. Devem ser descontadas no cálculo dos valores em atraso, as parcelas pagas' em razão da concessão da tutela antecipada concedida nos presentes autos.

XXIII. Improcede o pedido de indenização por danos morais, pois o autor não sofreu redução na sua capacidade para a vida independente. Também não vieram aos autos evidências de que a decisão administrativa tenha provocado sofrimento desproporcional e incomum aos seus direitos de personalidade. A atuação da Administração Pública militar, embora dissonante da interpretação jurisprudencial dominante, teve fundamento na aplicação do texto legal, não se vislumbrando, portanto, ilicitude, arbitrariedade ou má-fé do Ente Público.

XXIV. A correção monetária deve incidir, desde a data em que devidas as parcelas, conforme os índices previstos no Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal, aprovado pela Resolução nº 267/2013 do Conselho da Justiça Federal.

XXV. Os juros moratórios nas condenações impostas à Fazenda Pública incidem., nos termos do julgamento do REsp n. 1.205.946, pelo rito do

artigo 543-C do Código de Processo Civil.

XXVI. No tocante aos honorários advocatícios, convém salientar que o artigo 20, §4º, do Código de Processo Civil de 1973 estabelece a apreciação equitativa do juiz, com obediência aos critérios estabelecidos no §3º do mesmo artigo citado, concernentes ao grau de zelo profissional, o lugar da prestação de serviço, a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo representante processual da parte e o tempo exigido para o seu serviço.

XXVII. Tendo o autor decaído de parte mínima do pedido, a verba honorária é devida, e o montante a ser fixado deve considerar o grau de complexidade da causa, bem como a quantidade de atos processuais praticados, de modo que os honorários advocatícios, no caso em tela, devem ser fixados em R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), em perfeita consonância com os dispositivos legais supramencionados.

XXVIII. Presentes os requisitos, fica mantida a antecipação dos efeitos da tutela, com ampliação do seu espectro, para que, no prazo de 30 (trinta) dias da publicação desta decisão, seja concedida a reforma ao autor, devendo ser remunerado com o valor integral dos seus vencimentos de Cabo do Exército, a garantia dos direitos sociais e pecuniários decorrentes, entre os quais a assistência médico-hospitalar para si e para seus dependentes (artigo 50, IV, "e", da Lei n. 6.880/80).

XXIX. Remessa oficial e apelação da União Federal improvidas.

Apelação do autor parcialmente provida, na parte conhecida.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 660/676e).

Com amparo no art. 105, III, *a e c*, da Constituição da República, além de divergência jurisprudencial, alega-se, em síntese, que o valor fixado a título de honorários advocatícios mostra-se absolutamente irrisório, sendo " inequívoco que o valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) fixados a título de honorários advocatícios em favor dos patronos que assistem ao Recorrente há 08 (oito) anos é extremamente aviltante e não condiz com o esforço despendido pelos causídicos ao longo de todos esses anos" (fl. 681e).

Com contrarrazões (fls. 686/696e), o recurso foi inadmitido (fls. 698/699e), tendo sido interposto Agravo, posteriormente convertido em Recurso Especial (fl. 735e).

Feito breve relato, decido.

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

Nos termos do art. 932, III, do Código de Processo Civil de 2015, combinado com os arts. 34, XVIII, *a*, e 255, I, ambos do Regimento Interno desta Corte, o Relator está autorizado, por meio de decisão monocrática, a não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida.

Em regra, a reavaliação do critério de apreciação equitativa adotada pelo Tribunal de origem para a fixação da verba honorária esbarra no óbice da Súmula 7/STJ, ressalvadas apenas as hipóteses excepcionais de valor irrisório ou excessivo.

O Tribunal de origem, após minucioso exame dos elementos fáticos e probatórios contidos nos autos, reconheceu como adequado o valor fixado a título de honorários advocatícios, nos seguintes termos (fls. 637/638/e):

Portanto, tendo o autor decaído de parte mínima do pedido, a verba honorária é devida e o montante a ser fixado deve considerar o grau de complexidade da causa, bem como a quantidade de atos processuais praticados, de modo que os honorários advocatícios, no caso em tela, devem ser fixados em R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), em perfeita consonância com os dispositivos legais supramencionados.

No caso, considerando as circunstâncias abstraídas no acórdão recorrido, não vislumbro excepcionalidade a justificar a revisão do *quantum* fixado, o que enseja a aplicação da Súmula n. 7 desta Corte, assim enunciada: “A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”.

Nesse sentido:

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. OFENSA AO ART. 535/CPC. INEXISTÊNCIA. VIOLAÇÃO A DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO. ACÓRDÃO ALICERÇADO EM FUNDAMENTOS EMINENTEMENTE CONSTITUCIONAIS. PRESCRIÇÃO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. RECONVENÇÃO. NECESSIDADE DE A PRETENSÃO SER CONEXA COM A DO AUTOR. PRECEDENTES. PERÍCIA. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. FUNDAMENTO BASILAR NÃO ATACADO. SÚMULA 283/STF. SUCUMBÊNCIA. AFERIÇÃO. SÚMULA 7/STJ.

(...)

8. Mostra-se inviável a aferição do grau de sucumbência entre as partes, para fins de distribuição da condenação nos honorários advocatícios, tendo em vista a necessidade de revisão do contexto fático-probatório

dos autos, providência defesa em recurso especial, ante o enunciado da Súmula 7/STJ.

9. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no REsp 1.038.925/MS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 01/03/2016, DJe 08/03/2016).

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 211 DO STJ. RESTITUIÇÃO DE INDÉBITO PELO IMPORTADOR. PIS/COFINS-IMPORTAÇÃO. OPERAÇÕES POR CONTA E ORDEM DE TERCEIROS. IMPOSSIBILIDADE. ART. 18 DA LEI Nº 10.865/04. LIMITES SUBJETIVOS DO PROVIMENTO MANDAMENTAL. REVOLVIMENTO DO TÍTULO EXECUTIVO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DO STJ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. AÇÃO AUTÔNOMA. REVISÃO DO QUANTUM. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DO STJ.

(...)

5. No caso dos autos, os honorários foram fixados em 1% sobre o valor do excesso de execução, percentual que não representa valor exorbitante para fins de revisão em sede de recurso especial. É cediço nesta Corte que, salvo as hipóteses excepcionais de valor excessivo ou irrisório, não se conhece de recurso especial cujo objetivo é rediscutir o montante da verba honorária fixada pelas instâncias de origem, a teor do enunciado n. 7, da Súmula do STJ.

6. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1573681/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/03/2016, DJe 10/03/2016).

Por fim, o Recurso Especial não pode ser conhecido com fundamento na alínea *c* do permissivo constitucional, pois a parte recorrente deixou de proceder ao cotejo analítico entre os arestos confrontados, com o escopo de demonstrar que partiram de situações fático-jurídicas idênticas e adotaram conclusões discrepantes.

Cumprе ressaltar, ainda, que o Recorrente deve transcrever os trechos dos acórdãos que configurem o dissídio, mencionando as circunstâncias dos casos confrontados, sendo insuficiente, para tanto, a mera transcrição de ementas.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CONTRATO ADMINISTRATIVO. EXECUÇÃO. INTERRUÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL EM VIRTUDE DE PROPOSITURA DE

DEMANDA JUDICIAL PELO DEVEDOR NA QUAL O DÉBITO É IMPUGNADO. ALEGADA AUSÊNCIA DE PRECLUSÃO. RECURSO ANCORADO NA ALÍNEA C DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL. NÃO INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL SOBRE O QUAL SUPOSTAMENTE RECAI A CONTROVÉRSIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

(...)

3. Além do que, para se comprovar a divergência, não basta a mera transcrição de ementas, é indispensável o cotejo analítico entre os julgados, de modo que ressaia a identidade ou similitude fática entre os acórdãos paradigma e recorrido, bem como teses jurídicas contrastantes, a demonstrar a alegada interpretação oposta.

4. Agravo Regimental do IRGA desprovido.

(AgRg no REsp 1.355.908/RS, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/08/2014, DJe 15/08/2014).

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PENSÃO POR MORTE. DECADÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. DEVOLUÇÃO DE VALORES E PRESCRIÇÃO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DOS DISPOSITIVOS DE LEI SUPOSTAMENTE VIOLADOS. SÚMULA 284/STF. CONDIÇÃO DE DEPENDENTE. FILHO MAIOR INVÁLIDO. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

(...)

4. O conhecimento de recurso especial fundado na alínea "c" do art. 105, III, da CF/1988 requisita, em qualquer caso, a demonstração analítica da divergência jurisprudencial invocada, por intermédio da transcrição dos trechos dos acórdãos que configuram o dissídio e da indicação das circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, não sendo bastante a simples transcrição de ementas ou votos (artigos 541, parágrafo único, do Código de Processo Civil e 255, § 2º, do RISTJ). A não observância a esses requisitos legais e regimentais (art. 541, parágrafo único, do CPC e art. 255 do RI/STJ) impede o conhecimento do recurso especial.

5. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1.420.639/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/03/2014, DJe 02/04/2014).

No que tange aos honorários advocatícios, da conjugação dos enunciados

administrativos ns. 3 e 7, editados em 09.03.2016 pelo Plenário desta Corte, depreende-se que as novas regras relativas ao tema, previstas no art. 85 do Código de Processo Civil de 2015, serão aplicadas apenas aos recursos sujeitos à *novel* legislação, tanto nas hipóteses em que o novo julgamento da lide gerar a necessidade de fixação ou modificação dos ônus da sucumbência anteriormente distribuídos, quanto em relação aos honorários recursais (§ 11).

Ademais, vislumbrando o nítido propósito de desestimular a interposição de recurso infundado pela parte vencida, entendo que a fixação de honorários recursais, em favor do patrono da parte recorrida, está adstrita às hipóteses de não conhecimento ou improvimento do recurso.

Quanto ao momento em que deva ocorrer o arbitramento dos honorários recursais (art. 85, § 11, do CPC/2015), afigura-se-me acertado o entendimento segundo o qual incidem apenas quando esta Corte julga, pela vez primeira, o recurso, sujeito ao Código de Processo Civil de 2015, que inaugure o grau recursal, revelando-se indevida sua fixação em agravo interno e embargos de declaração.

Registre-se que a possibilidade de fixação de honorários recursais está condicionada à existência de imposição de verba honorária pelas instâncias ordinárias, revelando-se vedada aquela quando esta não houver sido imposta.

Na aferição do montante a ser arbitrado a título de honorários recursais deverão ser considerados o trabalho desenvolvido pelo patrono da parte recorrida e os requisitos previstos nos §§ 2º a 10º do art. 85 do estatuto processual civil de 2015, sendo desnecessária a apresentação de contrarrazões (v.g. STF, Pleno, AO n. 2.063 AgR/CE, Rel. Min. Marco Aurélio, Redator para o acórdão Min. Luiz Fux, j. 18.05.2017), embora tal elemento possa influir na sua quantificação.

In casu, impossibilitada a majoração de honorários nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, porquanto não houve anterior fixação de verba honorária para o Recorrente.

Posto isso, com fundamento nos arts. 932, III, do Código de Processo Civil de 2015 e 34, XVIII, *a*, e 255, I, ambos do RISTJ, **NÃO CONHEÇO** do Recurso Especial.

Publique-se e intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora